

Políticas tecnológicas educativas em Portugal: do Projecto Minerva à Iniciativa e-Escolinha

SARA PEREIRA

Universidade do Minho - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
sarapereira@ics.uminho.pt

LUÍS PEREIRA

Universidade do Minho - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
lumigopereira@gmail.com

Resumo:

No final de 2010, assinalaram-se os 25 anos do início do Projecto Minerva, um programa da responsabilidade do Ministério da Educação que pretendia introduzir as TIC no ensino não superior. Desde o seu final (durou quase 10 anos), outras iniciativas foram criadas pelos diversos governos. Já em 2005, surge o Plano Tecnológico da Educação, no âmbito do qual nasce, dois anos mais tarde, uma medida com enorme impacto na sociedade portuguesa, a iniciativa e-escolinhas e o computador Magalhães.

Neste artigo pretende-se fazer um levantamento das diferentes iniciativas educativas tecnológicas das últimas duas décadas e meia, nomeadamente quais os seus objectivos, o enfoque, responsáveis e impacto. Para além de uma perspectiva histórica, é fundamental compreender que evolução existe nas várias medidas, quais as variáveis que se mantêm, que ideologias político-partidárias subjazem, que avaliações foram realizadas ao nível dos diferentes impactos na sociedade portuguesa, qual a relevância da literacia dos media nestas medidas.

No âmbito do programa "e-Escolinha" será apresentado uma investigação, em curso na Universidade do Minho, com financiamento da FCT, que pretende estudar o impacto do projecto Magalhães nas crianças, nas escolas e na sociedade em geral. Pretende igualmente apurar o lugar que a literacia dos media ocupa nas preocupações e fundamentos da iniciativa e-Escolinhas e, em comparação, que destaque teve nas anteriores iniciativas que serão igualmente objecto de análise nesta comunicação.

Palavras-chave: Políticas educativas tecnológicas; Magalhães; Literacia dos Media

Do acesso à interacção

Na definição de Literacia dos Media que mais tem prevalecido ultimamente, existem quatro dimensões fundamentais a ter em conta: a capacidade de aceder, compreender, avaliar e criar. A relação com os media passa não só pelo (simples) acesso mas também pela compreensão crítica e ainda pela capacidade de produzir mensagens mediáticas.

Tal como é definida pela Comissão Europeia, a Literacia dos Media

é a capacidade de aceder aos media, de compreender e avaliar de modo crítico os diferentes aspectos dos media e dos seus conteúdos e de criar mensagens em diversos contextos.
(Comissão Europeia, 2007)

Esta ideia aplica-se a todos os media, onde se incluem naturalmente os meios digitais, computador, internet, videojogos, telemóveis. Olhando para as quatro dimensões referidas, o acesso parece ser aquela que mais se tem enfatizado. Em primeiro lugar, porque é a mais mensurável: ter ou não acesso a computador, internet, utilizar ou não determinado *software*, etc. Já as competências necessárias para lidar com os media digitais estão para além da possibilidade de se aceder – que é, sem dúvida fundamental, mas de modo algum suficiente por si só (Buckingham, 2007: 152).

A própria palavra acesso pode ser vista em múltiplos sentidos: a) o acesso físico aos media e aos seus conteúdos; b) a capacidade – cognitiva e prática – para usar os media apropriadamente. E as condições de acesso são diferentes de pessoa para pessoa, variando em função de aspectos como a idade e género, aspectos sócio-culturais, contextos geográficos, entre outros (Pérez Tornero, 2008: 107).

O objectivo deste trabalho é procurar compreender se as iniciativas tecnológicas relacionadas com a educação que têm sido desenvolvidas em Portugal – iniciadas com o Projecto MINERVA em 1985 – se têm fixado fundamentalmente neste aspecto do acesso e se, paralelamente, tem existido a preocupação de capacitar as pessoas, nomeadamente as crianças, para usar de forma crítica os media.

No 'Livro Verde para a Sociedade da Informação', editado em 1997 pela então recém-criada Unidade de Missão para a Sociedade da Informação, o ministro que na altura tutelava o Ministério da Ciência e Tecnologia, Mariano Gago, escreve, no preâmbulo, o seguinte sobre a relação da tecnologia com a cidadania:

À cabeça deste Livro Verde colocámos, como não podia deixar de ser, a questão decisiva da democraticidade e o combate à exclusão. A técnica não escolhe por nós nem os valores nem as acções. A nossa responsabilidade fica inteira a cada mutação tecnológica. As tecnologias de informação podem servir para libertar forças de cidadania e fazer desabrochar solidariedades à escala planetária. Mas também podem usar-se para controlar e fichar mais comodamente, para punir e vigiar o pensamento livre, para sabiamente perseguir e cientificamente torturar.

*Não somos tecnicistas. Ao tomarmos como nosso esse lema geral, sedutor e aparentemente neutro da Sociedade da Informação, retirámos-lhe a falsa neutralidade e tomámos, antes de mais, partido pela **cidadania**, contra a exclusão; pelo **conhecimento**, contra a manipulação do espírito; pela **liberdade**, contra a opressão, especialmente contra a opressão confortada tecnicamente; pela **inovação** contra os monopólios (p.5).*

Para Mariano Gago, as tecnologias não são neutras e não se sobrepõem às pessoas. Só por via da dimensão cidadã se poderá fazer uma apropriação destes meios. Mas terão estas ideias reflexo nas várias iniciativas governamentais relacionadas com as tecnologias?

No *Livro Verde* fala-se ainda do papel da escola e dos professores, que passa por "fornecer [aos alunos] as chaves para uma compreensão verdadeira da sociedade de informação" (p.43). A

educação deve facultar a todos a possibilidade de terem ao seu dispor a informação, “recolherem, seleccionarem, ordenarem, gerirem e utilizarem essa mesma informação” (p. 44).

Considera-se que só assim a escola pode “contribuir de um modo fundamental para a garantia do princípio de democraticidade no acesso às novas tecnologias de informação e comunicação e pode tirar partido da revolução profunda no mundo da comunicação operada pela digitalização da informação, pelo aparecimento do multimédia e pela difusão das redes telemáticas”. Cabe, aliás, ao sistema educativo “fornecer, a todos, meios para dominar a proliferação de informações, de as seleccionar e hierarquizar, com espírito crítico, preparando-os para lidarem com uma quantidade enorme de informação que poderá ser efémera e instantânea” (ibidem).

Uma das prioridades consistia “na generalização da utilização dos computadores e no acesso às redes” por todos alunos dos diferentes graus de ensino. Mas coloca-se em destaque o papel que o professor deve assumir, que passa antes de mais pela sua própria formação, aliás um pré-requisito do próprio saber, “aquilo que alguns já chamam ‘nova alfabetização’; esta info-alfabetização é cada vez mais necessária para se chegar a uma verdadeira compreensão do real. Ela constitui, assim, uma via privilegiada de acesso à autonomia levando cada um a comportar-se em sociedade como um indivíduo livre e esclarecido” (p. 47).

Projectos, programas, iniciativas

Podemos situar o início das políticas tecnológicas da educação na década de 80, sobretudo com o surgimento do Projecto MINERVA. Tanto este como os restantes projectos elencados devem ser vistos à luz do contexto em que se desenvolveram, tanto do contexto social, como político, tendo também em conta os desenvolvimentos tecnológicos. Os principais projectos, programas e iniciativas que decorreram desde o início do projecto MINERVA, em meados dos anos oitenta, situam-se numa dezena. A tabela seguinte enumera-os, por ordem cronológica, apresentado ainda a(s) entidade(s) responsável(eis) por cada um deles.

Tabela 1 – Principais projectos, programas iniciativas educativas tecnológicas em Portugal (1985-2011)

| Designação | Data | Entidade responsável |
|--|------------------------|---|
| Projecto MINERVA | 1985-1994 | Ministério da Educação (GEP e DEPGEF) |
| Programa Nónio-Século XXI | 1996-2002 | Ministério da Educação |
| uARTE- Internet na Escolas | 1997-2002 | Ministério da Ciência e Tecnologia |
| Programa Internet@EB1 | 2002-2005 | Ministério da Ciência e Tecnologia; Escolas Superiores de Educação; FCCN |
| Projecto CBTIC@EB1 | 2005-2006 | Ministério da Educação (CRIE) |
| Iniciativa Escolas, Professores e C. Portáteis | 2006/2007 | Ministério da Educação |
| Plano Tecnológico da Educação | 2007-2011 ¹ | Ministério da Educação (GEPE) |
| Internet Segura | 2007-... | UMIC; Ministério da Educação (ERTE/PTE-DGIDC); FCCN; Microsoft |
| Iniciativa e-Escolinha ² | 2008-2011 ¹ | MOPTC ³ |
| Aprender e Inovar com TIC | 2010-2013 | Ministério da Educação (ERTE/PTE-DGIDC) |

Analisando a Tabela 1, é possível verificar que o projecto com maior longevidade foi o primeiro, o Projecto MINERVA, com 9 anos, havendo outros de carácter mais limitado no tempo, como é o caso de iniciativas que imediatamente precedem a criação do Plano Tecnológico da Educação. O Ministério da Educação, através de diferentes unidades, é a entidade que mais projectos tem colocado no terreno. O agora designado Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (também através da UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento, organismo que tutela) é a outra entidade com maior relevo neste tipo de coordenação.

Não sendo possível, neste texto, descrever todas as medidas identificadas, optou-se por apresentar mais detalhadamente dois desses programas: o Projecto Minerva e a iniciativa que está na origem do computador Magalhães. Apresenta-se, deste modo, o programa que nos anos 80 inaugura o processo de introdução das tecnologias de informação e comunicação na escola e a mais recente iniciativa governamental que teve como objectivo principal distribuir por cada criança do 1º ciclo do ensino básico um computador portátil. Não podemos, nesta análise, deixar de considerar os contextos social, económico e político em que estas medidas foram implementadas bem como o desenvolvimento tecnológico, e o próprio ambiente mediático, que caracterizam cada um daqueles períodos. Em 25 anos assistimos a mudanças muito significativas no que diz respeito ao desenvolvimento da técnica e da tecnologia, à capacidade de acesso às mesmas por parte dos cidadãos, ao seu impacto crescente na vida e no quotidiano e ao seu significado ao nível dos processos de informação e de comunicação na sociedade. Portanto, cada um destes projectos deve ser lido à luz da época em que são criados e desenvolvidos.

¹ Em 2011, com a queda do governo, fica-se a aguardar a sua continuidade, ou não.

² A iniciativa e-Escolinha foi inserida no PTE, mas não estava prevista nos seus documentos iniciais.

³ Na Acta da 7ª Reunião da Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à Actuação do Governo em Relação à Fundação para as Comunicações Móveis, questiona-se sobre o executor desta iniciativa. Hélder Amaral (CDS-PP) refere, ironicamente, que se houvesse necessidade de preencher o Bilhete de Identidade do Magalhães se teria de escrever “filho de pai incógnito”, uma vez que “ainda não conseguimos chegar a quem terá tido, de facto, a feliz ideia do Magalhães”. Em resposta, Carlos Zorrinho afirma que “foi de um conjunto de pessoas e de um conjunto de entidades que perante uma situação de menor preparação da sociedade portuguesa para os desafios com que se confrontava cooperaram no sentido de encontrar uma solução” (Acta da Reunião nº 7).

Projecto MINERVA

O Projecto MINERVA (Meios Informáticos no Ensino: Racionalização, Valorização, Actualização) foi a primeira iniciativa financiada pelo Ministério da Educação que teve uma expressão nacional na introdução das novas tecnologias no ensino em Portugal (Missão, 1997).

De acordo com o Despacho Ministerial que criou o Projecto (Despacho ministerial 206/ME/85 de 31 de Outubro de 1985),

A quantidade de informação que actualmente se produz aumenta permanentemente, num processo que tende a intensificar-se (...). A dinâmica de mudança produzida pela revolução tecnológica augura sistemas socioeconómicos caracterizados pela deslocação frequente e normal da força de trabalho. (...) Se o sistema de ensino falhar na sua função de encarar frontalmente este desafio, a incapacidade de competir nos mercados mundiais e o desemprego depressa conduzirão ao caos social e ao desastre económico. (...)

A opção pela introdução das tecnologias da informação como auxiliares de ensino – num país como o nosso, e no momento actual – não se compadece, no entanto, com improvisos, ausência de realismo ou entusiasmos fáceis, quer na perspectiva segundo a qual se encaram as novas tecnologias da informação, quer na forma como se aborda a sua introdução no subsistema não superior. (...)

O intuito fundamental do Projecto MINERVA é promover a introdução racionalizada dos meios informáticos no ensino, num esforço que permita valorizar activamente o próprio sistema educativo, em todas as suas componentes, e que comporte uma dinâmica de permanente reavaliação e actualização das soluções ensaiadas.

Segundo Ponte (1994), trata-se de um projecto que contemplou numerosas vertentes de actividade, congregou pessoas com formações e perspectivas muito diversas, envolveu numerosas instituições, mobilizou largos milhares de professores, atingiu centenas de milhares de alunos e decorreu por um extenso período de nove anos. Corresponde, sem dúvida, a uma actividade muito rica e profundamente multifacetada.

De acordo com o já referido *Livro Verde*, foram desenvolvidas actividades que envolveram largos milhares de alunos e professores, que colocavam os computadores como ferramentas de aprendizagem, quer a nível disciplinar e interdisciplinar, na sala de aula e em clubes ou laboratórios de informática. O *software* explorado estava relacionado com processadores de texto, folhas de cálculo, bases de dados, desenho assistido por computador, edição electrónica, a par de outro *software* educacional. A formação dos professores foi perspectivada em termos técnico-pedagógicos de utilização das tecnologias de informação para a actividade pedagógica. Considera o *Livro Verde* que, pela sua longevidade e implantação a nível nacional, o Projecto MINERVA foi um marco importante na sensibilização de professores e alunos. Os seus objectivos contemplavam diversas vertentes: apetrechamento informático das escolas, formação de professores e de formadores de professores; desenvolvimento de *software* educativo; promoção da investigação no âmbito da utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação nos Ensinos Básico e Secundário (Missão, 1997: 45).

O projecto caracterizou-se pela descentralização, dispondo cada um dos seus níveis de uma significativa margem de autonomia. A adesão das escolas foi voluntária e de sua iniciativa. Não pode por isso ser caracterizado pela simples lógica de um projecto dirigido de cima para baixo (Ponte, 1994: 38). Os diversos pólos (cerca de 25) espalhados pelo país, sediados em Universidades e Escolas Superiores de Educação, gozando de autonomia no desenvolvimento das suas actividades, tiveram um papel fundamental na organização e dinamização do Projecto. A Coordenação Nacional encontrava-se no Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação. Cada um dos pólos dava apoio a um conjunto de escolas, sendo contemplados os diversos níveis de ensino (escolas do pré-primário, escolas do 1º, 2º, e 3º ciclos do Ensino Básico, escolas do Ensino Secundário, escolas do Ensino Especial) (Missão, 1997: 45).

Na avaliação realizada por Ponte (1994), conclui-se que o projecto MINERVA encarava as tecnologias como um instrumento educativo importante para todos os níveis de ensino, incluindo o 1º Ciclo, não defendendo a criação de uma disciplina específica para o ensino das tecnologias de informação. Considera-se que o Projecto MINERVA representou fundamentalmente um arranque do processo de transformação da escola tendo em conta a nova realidade cultural que são as tecnologias de informação. Permitiu o desenvolvimento de múltiplas dinâmicas, suscitou novas ideias, estimulou iniciativas, proporcionou o aparecimento e crescimento de numerosas equipas (Ponte, 1994: 44).

Este projecto surge numa altura em que a economia do país mostrava debilidades e são, aliás, bem visíveis as preocupações relacionadas com este aspecto no Despacho, do então Ministro João de Deus Pinheiro.

Como se observa na Tabela 1, depois do MINERVA muitos outros projectos foram criados e levados para o terreno. Para este trabalho, interessa dar um salto temporal para chegar ao Plano Tecnológico da Educação e à Iniciativa e-Escolinha.

Projecto Tecnológico da Educação e Iniciativa e-Escolinha

De acordo com o *site*⁴ dedicado a esta iniciativa, O Plano Tecnológico da Educação (PTE) é o maior programa de modernização tecnológica das escolas portuguesas: “Com o PTE, as escolas portuguesas estão a transformar-se em espaços de interactividade e de partilha sem barreiras, preparando as novas gerações para os desafios da sociedade do conhecimento”.

Na Resolução do Conselho de Ministros que aprovou o Plano Tecnológico da Educação (Resolução do Conselho de Ministros n.º 137/2007 de 18 de Setembro) pode ler-se com mais pormenor os objectivos deste Plano do XVII Governo Constitucional, liderado por José Sócrates:

O reforço das qualificações e das competências dos Portugueses é indispensável para a construção da sociedade do conhecimento em Portugal e constitui o principal objectivo da política educativa do XVII Governo Constitucional.

É essencial valorizar e modernizar a escola, criar as condições físicas que favoreçam o sucesso escolar dos alunos e consolidar o papel das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) enquanto ferramenta básica para aprender e ensinar nesta nova era.

Ao longo da última década, a escola acolheu diversos projectos de infra-estruturação informática, beneficiou das primeiras iniciativas de generalização do acesso à Internet e viu nascer uma nova disciplina TIC obrigatória.

Por outro lado, a escola tem tido um papel preponderante na redução das desigualdades de acesso às novas tecnologias. Ao ser o pilar da inclusão digital dos alunos portugueses, a escola incentiva, por essa via, a difusão das TIC junto das famílias portuguesas.

Com a Estratégia de Lisboa, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, o Plano Tecnológico e o Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013, o XVII Governo Constitucional assume um compromisso: o da modernização tecnológica das escolas.

A integração das TIC nos processos de ensino e de aprendizagem e nos sistemas de gestão da escola é condição essencial para a construção da escola do futuro e para o sucesso escolar das novas gerações de Portugueses.

Depois de identificar problemas, nomeadamente a relação desigual que as escolas mantinham com as TIC, foi procurada “uma resposta rápida e eficaz”, tal como – refere a Resolução do Conselho

⁴ Url: <http://www.pte.gov.pt>.

de Ministros – a situação exigia. A ambição do PTE passava por “colocar Portugal entre os cinco países europeus mais avançados em matéria de modernização tecnológica das escolas até 2010”.

Segundo dados do PTE, este plano permitiu, em 2009, triplicar o número de computadores ligados à Internet nas escolas, face aos números de 2005. As escolas do ensino público dispunham, por essa altura, de um computador por cada 5 alunos, de um quadro interactivo por cada três salas de aula e de um videoprojector por cada sala.

O PTE previa inicialmente as iniciativas e-Escola, e-Professor, e-Oportunidades e, mais tarde, veio a incluir o e-Escolinha. O plano inclui ainda outras vertentes, como a internet de alta velocidade, o Portal das Escolas, entre outros.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 118/2009 (que autoriza a realização da despesa para a aquisição de 250 000 computadores portáteis) explica a inclusão da iniciativa e-Escolinha no PTE e enuncia, em traços gerais, os seus objectivos:

O XVII Governo Constitucional aprovou o Plano Tecnológico da Educação através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 137/2007, de 18 de Setembro, cuja implementação vem permitindo às escolas portuguesas beneficiar de um conjunto de equipamentos informáticos, infra-estruturas tecnológicas e serviços adequados para uma melhoria da experiência de aprendizagem e ensino, bem como da qualidade e eficiência da gestão escolar. Neste contexto, o Governo promoveu a iniciativa e.escolinhas com vista à generalização da utilização de computadores portáteis pelos alunos do 1.º ciclo do ensino básico.

Uma vez que as iniciativas criadas na anterior legislatura, no âmbito do Plano Tecnológico, lograram importantes resultados, o XVIII Governo Constitucional pretende renovar a ambição do Plano Tecnológico da Educação e avançar na inovação, na tecnologia e na sociedade do conhecimento.

Assim, com o objectivo de concretizar uma efectiva utilização de computadores portáteis em contexto de aprendizagem, nomeadamente em sala de aula, é fundamental continuar a iniciativa e.escolinhas e assegurar o acesso universal pelos novos alunos do 1.º ciclo do ensino básico e pelos respectivos professores.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 118/2009

O objectivo da iniciativa e-Escolinha passava então, de acordo com a Resolução citada, por “assegurar o acesso universal dos alunos do 1.º ciclo do ensino básico e dos respectivos professores a meios informáticos”. Pretendia-se, de acordo com o site do PTE, garantir aos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico o acesso a computadores pessoais com conteúdos educativos, generalizar o uso do computador e da Internet nas primeiras aprendizagens e garantir o acesso ao primeiro computador a milhares de famílias. Aliás, Maria de Lurdes Rodrigues, ex-Ministra da Educação que acompanhou a criação e implementação desta medida, no depoimento no âmbito da Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à Actuação do Governo em Relação à Fundação para as Comunicações Móveis fez questão de realçar que “o computador Magalhães é para as famílias” (Acta da Reunião nº 14, 24 de Março de 2010).

É no âmbito da iniciativa e-Escolinha que surge o ‘Magalhães’, um computador portátil especialmente concebido para crianças dos seis aos onze anos, resistente ao choque e à água. Trata-se do classmate PC, desenvolvido pela Intel e que foi adaptado para ser comercializado noutros países. O computador, montado em Portugal, foi baptizado como ‘Magalhães’, numa homenagem ao navegador português Fernão Magalhães que deu a volta ao mundo no século XVI. A ideia agora é ajudar os mais novos a navegarem no oceano do conhecimento.

Números recentes indicam que terão sido entregues mais de 400 mil de Magalhães. Esta distribuição massiva e tudo o que ela envolveu, nomeadamente em termos de propaganda, viria a tornar-se numa das medidas mais emblemáticas do governo que dinamizou este projecto.

Pistas de análise

Depois de apresentado o Projecto que leva, nos anos 80, a tecnologia às escolas e à educação e o Plano que já no Século XXI pretende a modernização tecnológica das escolas e democratizar o acesso de crianças e jovens ao computador e à internet, torna-se importante fazer uma análise global a partir de alguns tópicos, deixando algumas propostas de leitura e de análise.

I. A aposta nas tecnologias

Observando os diversos projectos, é possível afirmar que tem havido uma grande aposta nesta área. Não se trata de avaliar a sua coerência, ou linhas de continuidade/ruptura. Basta pensar nos recursos investidos, num país com dificuldades económicas⁵ e observar os montantes alocados e investidos para se concluir que existe uma grande convicção de que por via da modernização tecnológica será possível fazer face a alguns dos problemas económicos do país. Não se trata, aliás, de uma ideia original, ela está ancorada em princípios defendidos, por exemplo, no Conselho da Europa, que dá origem à Agenda de Lisboa, em 2000. Também a vice-presidente da Comissão Europeia para a Agenda Digital, Neelie Kroes, defendeu no Parlamento Europeu que *“a Europa só poderá beneficiar verdadeiramente da revolução digital se todos os cidadãos e empresas da UE estiverem envolvidos numa nova sociedade digital activa e participativa, que trará benefícios económicos e sociais”* (sessão de 17 de Maio de 2010 onde se discutiu a Agenda Digital para a Europa).

Para além dos projectos destacados, que são fruto de uma estratégia pública mais central, muitos outros se poderiam juntar, com carácter mais local e episódico. Os próprios “mega-programas” terão sido concretizados com perspectivas muito diferentes, com melhores resultados até do que aqueles que, à partida, terão sido equacionados, dando origem a novas iniciativas.

A este propósito, vale a pena convocar uma investigação realizada na parte flamenga da Bélgica (Ilse et al., 2010), onde foram identificadas cerca de 400 iniciativas de e-inclusão. Estas iniciativas estão para além de uma estratégia do governo, o que indica que, tal como na Bélgica, também cá haverá outras iniciativas que complementam, e se substituem por vezes, estratégias mais globais das políticas públicas desta área.

II. Ênfase no acesso; eficácia da aprendizagem

Torna-se evidente que uma das preocupações que vai estando presente na enunciação das políticas e nos objectivos a atingir pelos projectos apresentados é dar acesso, inicialmente ao computador e, mais tarde, ao computador e à internet. Refere Montargil (2007) que o enfoque centra-se, em primeiro lugar, nas questões sociais relacionadas com o acesso – ou seja, com o estímulo e a tentativa de generalização das condições que determinam a procura. *“A generalização do acesso à internet constitui um objectivo central das políticas públicas para a sociedade da informação em Portugal”* (idem: 256).

No que toca a esse objectivo, o caminho percorrido parece ser avaliado como positivo, na medida em que existem, actualmente, excelentes condições de acesso. No entanto, nota o mesmo autor, o objectivo de dar acesso foi sendo atingido a um ritmo mais lento, e com um desfasamento significativo face ao demonstrado pela evolução da média dos estados-membros da UE (Ibidem).

Tem-se verificado que o acesso à Internet requer literacia e isso não se resolve em situações de persistência de analfabetismo ou de iliteracia funcional. *“O baixo nível de literacia em termos latos que persiste em Portugal não augura evolução rápida nesta variável. Irá manter-se um fosso em relação aos países do norte da EU, enquanto não for resolvido o problema prévio da literacia em*

⁵ Não deixa de ser curioso ler o Despacho que dá origem ao Projecto MINERVA e verificar como retrata de forma assustadora próxima à realidade de hoje o contexto económico da época.

termos latos” (Coelho: 2007: 242). As elevadas taxas de analfabetismo e de iliteracia são alguns dos indicadores ilustrativos da existência de obstáculos de ordem cultural e económica para o crescimento da procura de acesso à internet (Montargil, 2007).

Por isso, estes programas procuravam que o uso fosse efectivo e se desse com a finalidade de aumentar a eficácia da aprendizagem. Ao longo da leitura dos documentos fundadores dos projectos, perpassa a convicção de que através das tecnologias se aprende mais e melhor, daí que as TIC devam ser incluídas nas actividades lectivas.

III. A ligação aos ciclos políticos

A sobreposição de iniciativas com as legislaturas onde ocorreram permite observar uma correlação das políticas públicas com os diferentes ciclos políticos. O Projecto Minerva surge no governo de Cavaco Silva; o Programa Nónio-Séc. XXI, no de António Guterres, e o Plano Tecnológico da Educação, com José Sócrates como Primeiro-Ministro. Quando o governo socialista de António Guterres apresenta a sua demissão, segue-se uma coligação PSD/CDS-PP, liderada inicialmente por Durão Barros, “*dando origem a um hiato no domínio da Sociedade da Informação e ao início de novas etapas de reflexão quando se necessitava de agir e de implementar com determinação*” (Coelho, 2007: 237).

Uma questão relevante é compreender se a mudança de programas e de projectos significa fazer tábua-rasa do que foi realizado para re-inventar, esquecendo porventura o que foi alcançado. A leitura dos projectos não permite avaliar isso exactamente. Na sua enunciação, há várias referências a projectos precedentes, e intenções de lhes dar seguimento.

Para alguns autores, houve momentos muito favoráveis, como a década de oitenta (Figueiredo, 2007), ao passo que outros denotam alguns momentos de frustração: “*tratando-se de medidas resultantes da estratégia se Lisboa, estabelecida durante a presidência portuguesa, seria de esperar um total compromisso do governo português na sua concretização*”, refere José Dias Coelho no livro por si coordenado intitulado ‘Sociedade da Informação, o Percorso Português’ (2007: 236). Para a definição de estratégias de acção nestas matérias, o desafio que se coloca aos diferentes governos e entidades públicas na elaboração de políticas públicas é agravado pela “*nossa posição semi-periférica, ou mesmo periférica, na sociedade da informação na Europa, ao mesmo tempo que agrava o crescente afastamento dos cidadãos face ao Estado e às questões públicas*” (Montargil, 2007: 273). Para além disso, o tempo da política (ciclos de quatro anos, na melhor das hipóteses) não coincide necessariamente com a agenda da mudança social, muita mais morosa e a necessitar de outra persistência.

IV. Lugar da literacia e educação para os media

Finalmente, um dos temas em análise era o lugar que a literacia dos media ocupa nas preocupações e fundamentos das diferentes iniciativas. O foco tem sido mais nas tecnologias e não tanto nos media em geral. Os meios são claramente perspectivados como instrumentos (de aprendizagem, por exemplo), muito mais do que objecto de reflexão. Em todo o caso, existem algumas preocupações que ultrapassam a questão do mero acesso, procurando alguns projectos fomentar um uso mais criterioso e seguro.

Mas não se pode afirmar que a perspectiva da Educação para os Media esteja claramente presente nas preocupações manifestadas pelos projectos e nos objectivos que se propõe alcançar. Depois de tão avultado investimento em tecnologias, a preocupação manifestada pelo estudo liderado por Ana Nunes de Almeida realçava, à época, os problemas ainda não solucionados:

Fora da escola continua a jogar-se muita da aquisição da literacia digital, dos seus usos mais sofisticados, gratificantes e multifacetados; e também a modernidade da condição infantil. Daí o facto de as formas mais persistentes de clivagem digital continuarem a actuar a partir de casa, distinguindo crianças escolarizadas, cujos pais são eles próprios consumidores intensivos destes bens e serviços, utilizadores profissionais e competentes de novas TIC, os quais as iniciam e acompanham no seu uso, das crianças com origens sociais desfavorecidas, residentes em áreas não-urbanas do País, cujos pais mais dificilmente suportam (ou compreendem) a relevância da compra do acesso doméstico à internet (a que se somarão as deficiências de cobertura dos serviços de acesso à internet por parte dos diversos operadores comerciais). E daí a urgência de a escola repensar o lugar e o estatuto da internet no sistema de ensino-aprendizagem, de modo a proporcionar a todas as crianças, no espaço escolar, os seus diversificados níveis de domínio. (Almeida, 2008: 167)

As iniciativas E-escolinha e Magalhães em estudo

Atendendo ao impacto na sociedade portuguesa da iniciativa E-escolinha, em particular do computador Magalhães, e das repercussões que se previa que esta medida viesse a ter nos mundos das crianças, nomeadamente no escolar e no familiar, considerou-se importante desenhar um projecto de investigação que acompanhasse esta medida e avaliasse o seu impacto no quadro dos usos dos media digitais pelas crianças. Este projecto, intitulado “Navegando com o ‘Magalhães’: estudo sobre o impacto dos media digitais nas crianças”⁶, encontra-se em desenvolvimento no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade com financiamento da FCT. As políticas do programa e sobretudo os usos que as crianças fazem do computador e dos recursos que lhe estão subjacentes, tanto na escola como fora desta, constituem o principal enfoque deste estudo. A realização desta pesquisa preende ainda verificar se esta medida contempla princípios e objectivos de literacia mediática, tal como são preconizados pela Comissão Europeia, ou se tem como orientação principal apenas garantir o acesso à tecnologia.

Estes objectivos serão concretizados através de metodologias qualitativas e quantitativas. Pesquisa e análise documental, entrevistas semi-estruturadas a actores-chave implicados na criação e desenvolvimento da medida, questionários às crianças e professores e *focus groups* com pais, são os métodos de pesquisa que o projecto terá por base para a recolha de dados.

Até ao momento, foi feita a recolha e análise das notícias publicadas nas versões *online* dos jornais *Público*, *Diário de Notícias* e *Correio da Manhã* no período compreendido entre Junho de 2008 (momento de lançamento da iniciativa) e Junho de 2010. Foram também analisadas as primeiras páginas das versões impressas dos referidos jornais no mesmo período temporal⁷. Tendo como pressuposto a importância que os media assumem na formação da opinião pública, considerou-se fundamental analisar o modo como os media, neste caso a imprensa, apresentaram o programa governamental à sociedade portuguesa.

Além do levantamento na imprensa, foram também recolhidos, no âmbito da pesquisa documental, um número significativo de documentos, provenientes de organismos oficiais, de empresas ou de associações, que nos permitirão compreender a origem, concepção e implementação desta medida. Será também foco desta análise as políticas subjacentes à iniciativa E-escolinha. Tratando-se de uma política pública, pretende-se conhecer os princípios que a nortearam e, eventualmente, dimensões que não foram contempladas. Esta análise, actualmente em curso, é

⁶ Site do Projecto “Navegando com o Magalhães – estudo sobre o impacto dos media digitais nas crianças”: <http://www.lasics.uminho.pt/navmag>

⁷ No âmbito de uma tese de mestrado em Ciências da Comunicação, que se enquadra neste projecto de investigação, esta recolha está a ser complementada pela análise de dois jornais semanários – *Expresso* e *Sol*.

suportada pelo programa *Nvivo* e será completada e complementada por dados provenientes de uma bateria de entrevistas que estão a ser realizadas a actores do campo político e partidário, do mundo empresarial, de associações educativas e civis. A informação proveniente destes métodos de pesquisa irá permitir constituir um quadro analítico das políticas que orientaram o programa E-escolinha e Magalhães.

Para conhecer os usos e o impacto do computador Magalhães pelas crianças, dentro e fora da escola, e a sua relação com as práticas mediáticas dos mais novos, será aplicado um questionário às turmas do 4º ano das escolas do 1º ciclo do concelho de Braga, o que implicará 2000 crianças, aproximadamente. Os professores serão auscultados pelo mesmo método, enquanto os pais, como referido anteriormente, serão escutados através de grupos de foco. Serão ainda realizados dois estudos de caso em duas escolas, uma que utilize e outra que não utilize o Magalhães. Procurar-se-á conhecer vantagens e oportunidades, bem como eventuais dificuldades e entraves.

Na conclusão deste estudo pretende-se, com o contributo dos resultados alcançados nas suas diferentes etapas, proporcionar um quadro com indicadores de promoção de literacia dos media. O projecto e seus resultados podem ser acompanhados através do site mencionado anteriormente.

Bibliografia

- Almeida, A. N., Delicado, A., & Nunes de Almeida, A. (2008). *"Crianças e Internet: usos e representações. A família e a escola"*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Buckingham, D. (2007). *Beyond technology: Children's learning in the age of digital culture*. Cambridge: Polity Press.
- Comissão Europeia (2007). Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões "Uma abordagem europeia da literacia mediática no ambiente digital", COM(2007) 833 final. Bruxelas.
- Coelho, J. D. (2007). De Bangemann ao Plano Tecnológico. In J. D. Coelho (Ed.), *Sociedade da informação - o percurso português: dez anos de sociedade de informação, análise e perspectivas* (pp. 139-147). Lisboa: Edições Sílabo.
- Figueiredo, A. D. (2007). A dimensão crítica da sociedade da informação em Portugal. In J. D. Coelho (Ed.), *Sociedade da informação - o percurso português: dez anos de sociedade de informação, análise e perspectivas* (pp. 139-147). Lisboa: Edições Sílabo.
- Ilse, M., Chris, V., Stijn, B., & Leo, V. A. (2010). *Implementing e-inclusion in Flanders: going beyond access? A critical analysis of e-inclusion initiatives and their ability to improve multiple digital literacies*. Paper presented at the IAMCR.
- Missão para a Sociedade da Informação (1997). *Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal*. Lisboa, Ministério da Ciência e Tecnologia.
- Montargil, F. (2007). A Sociedade da Informação e a Política em Portugal - a Democraticidade do Acesso e o Estado Aberto. In J. D. Coelho (Ed.), *Sociedade da informação - o percurso português: dez anos de sociedade de informação, análise e perspectivas* (pp. 247-278). Lisboa: Edições Sílabo.
- Pérez Tornero, J. (2008). Media Literacy: new conceptualisation, new approach. In U. Carlsson, G. Jauinot-Delaunay & J. Pérez Tornero (Eds.), *Empowerment through media education: An intercultural dialogue* (pp. 103-116). Goteborg: International Clearinghouse on Children, Youth and Media, Nordicom, Göteborg University.
- Ponte, J. P. (1994). *O Projecto Minerva: Introduzindo as NTI Na Educação Em Portugal: Minerva - Relatório do Projecto MINERVA*: Ministério da Educação.
- Vieira, M. A. N. (2005). *Educação e Sociedade da Informação: uma perspectiva crítica sobre as TIC num contexto escolar*. Universidade do Minho - IEP, Braga